

Não foi nesta semana a primeira vez que o Congresso Revisor teve quórum para deliberar numa terça-feira. Nem por isso, devemos deixar de saudar a disposição da maior parte dos congressistas de levar adiante de fato a revisão constitucional, que, com tantos temas de ordem política e econômica em pauta, tem de terminar fatalmente em 31 de maio, ou seja, daqui a oitenta dias. Embora recebida com ceticismo por muitos, consideramos que pode ser altamente proveitosa a sugestão do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), de que os trabalhos da revisão prossigam também nos fins de semana, o que deverá concorrer poderosamente para resgatar a imagem do Parlamento junto à opinião pública.

Em recapitulação, constata-se que, nos cinco meses desde que se instalou, o Congresso Revisor produziu muito pouco. Basicamente, resolveu-se até terça-feira estabelecer regras para a convocação de membros do Executivo pelo Legislativo, aprovar o Fundo Social de Emergência (FSE), manter o cargo de vice-presidente da República e adotar critérios mais liberais para a naturalização de estrangeiros.

Em plenário faz-se a melhor campanha

Entre as decisões da sessão de terça-feira, a não extinção do cargo de vice-presidente deveria levar todos os eleitores a ponderar a importância dos companheiros de chapa dos candidatos a presidente da República. O Brasil é atualmente e já foi outras vezes governado por políticos que foram vice-presidentes, o que aconselha a análise mais cuidadosa, durante a campanha eleitoral, das qualificações dos candidatos a esse posto para virem a ocupar eventualmente a suprema magistratura da Nação.

Esta, porém, é uma questão muito menos candente do que outras inseridas na agenda política. Além do prazo de desincompatibilização de ocupantes de cargos no Executivo para que possam candidatar-se no próximo pleito e a possibilidade futura de reeleição de prefeitos, governadores e presidentes, há que resolver a proporcionalidade de representação dos estados na Câmara dos Deputados, definição dos poderes dos juizes de primeira instância, o voto distrital misto, o voto facultativo, critérios mais rígidos para a criação

de municípios ou novas unidades federativas, a redução do número mínimo de vereadores, etc.

Não é menos extenso o temário econômico. O próprio ministro Fernando Henrique Cardoso reconhece que o programa econômico que propôs surtirá efeitos apenas neste e no próximo ano. Para que o País possa continuar daí para a frente guiando-se pela estabilidade da moeda, será preciso realizar uma reforma fiscal-tributária abrangente. Ao lado dessa tarefa, que parece ciclópica, está a rediscussão, destinada a provocar acerbos controvérsias, dos monopólios atualmente mantidos por empresas estatais.

Será o Congresso Revisor capaz de dar conta de tudo isso, votando cada item em dois turnos? Se não der, pelo menos quanto aos temas de maior relevância, a maioria, que é comprovadamente a favor da revisão, terá sofrido uma derrota pela minoria obstrucionista, que, por enquanto, vem levando a melhor. Isso não só agirá em detrimento da evolução do País mas também contribuirá para o

descrédito do sistema democrático-representativo pelo qual tanto lutamos. Ficará demonstrado que a maioria não conseguiu impor-se porque boa parte dos congressistas que a integram não trabalhou como deveria, em cumprimento dos mandatos populares que recebeu.

O Legislativo tem sofrido ataques de baixíssimo nível, mas nada adiantará, em nossa opinião, processar criminalmente os seus autores. É absoluta estupidez falar em fechar o Congresso, mas não se pode negar o desgaste da instituição parlamentar aos olhos do povo. É trabalhando com afinco, mesmo nos fins de semana e feriados, como ocorreu nas CPI de PC Farias e do Orçamento, que o Congresso Nacional poderá ser revalorizado e, para esse trabalho efetivo, não faltará a cobertura dos meios de comunicação.

Não nos venham dizer que a proximidade das eleições de outubro, obrigando os congressistas a fazer campanha nos estados, atrapalha a revisão. A melhor campanha que os parlamentares podem fazer neste momento é em plenário. Os omissos o perceberão quando forem abertas as urnas.